



RELATÓRIO ESPECIAL

Panorama eleitoral latino-americano para 2014: continuísmo e heterogeneidade regional

Madri, janeiro 2014

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. COSTA RICA E A HEGEMONIA DO PLN
3. EL SALVADOR, ENTRE O RETORNO DA ARENA E A CONTINUIDADE DA FMLN
4. COLÔMBIA, URIBISMO CONTRA SANTISMO
5. PANAMÁ, A LUTA PELA HERANÇA DE MARTINELLI
6. BRASIL, DILMA ROUSSEFF FAVORITA INDISCUTÍVEL
7. BOLÍVIA E A REELEIÇÃO PLEBISCITÁRIA DE EVO MORALES
8. URUGUAI, HEGEMONIA DA FRENTE AMPLA E O RETORNO DE TABARÉ VÁZQUEZ
9. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

Sete são os pleitos presidenciais que acontecerão na América Latina em 2014. Terão lugar na Costa Rica e em El Salvador (ambas eleições em 2 de fevereiro), na Colômbia e no Panamá, em maio, e em um apaixonante mês de outubro no Brasil, na Bolívia e no Uruguai. Todos eles formam uma boa amostra da realidade política, social e econômica latino-americana, tanto da América do Sul como da América Central.

Trata-se de eleições que ocorrem em uma conjuntura histórica especial: vêm precedidos por um ano de 2013 no qual os processos eleitorais mostraram algumas das características que vêm marcando a região há uma década: continuísmo (vitória de Correa no Equador e do chavismo na Venezuela) e heterogeneidade política (triunfo da esquerda do “socialismo do século XXI” no Equador e na Venezuela, da esquerda moderada no Chile e da centro-direita no Paraguai e em Honduras).

Tudo indica que essas dinâmicas (heterogeneidade e continuísmo) vão seguir presentes e vão se reafirmar no pleito deste 2014.

Esta continuidade dos processos políticos democráticos na região, salvo raras exceções, se produz, ao contrário dos anos 80 e 90, em uma conjuntura de bonança econômica, estabilidade social e política. Alto crescimento econômico na América do Sul, pelo menos até 2013, e menor no México, América Central e Caribe. De todas as maneiras, já aparecem no horizonte, sintomas claros de desaceleração econômica que alguns países começam a sentir e que podem influir nas diferentes dinâmicas políticas. Em números, a desaceleração se percebe em dados como que os países da América Latina e do Caribe cresceram em 2013, segundo a Cepal, 2,6%, abaixo dos 3% previstos e provavelmente experimentarão um baixo crescimento, de 3,2%, em 2014.

Esse é o contexto geral no qual serão realizadas em 2014 as sete eleições presidenciais. Um contexto geral que influi, mais nas circunstâncias endógenas do que nas exógenas, acabam tendo maior peso no resultado final de cada processo.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA (2014)

País	Data
Costa Rica	Primeiro turno: 2-II-2014 Segundo turno: 9-III-2014
El Salvador	Primeiro turno: 2-II-2014 Segundo turno: 9-III-2014
Colômbia	Legislativas: 9-III-2014 Presidenciais: 25-V-2014 Segundo turno: 20-VI-2014
Panamá	4-V-2014 (presidenciais em um só turno)
Brasil	Primeiro turno: 5-X-2014 Segundo turno: 31-X-2014
Bolívia	Presidenciais: 5-X-2014
Uruguai	Primeiro turno: 26-X-2014 Segunda turno: 30-XI-2014

Fonte: Elaboração própria

2. COSTA RICA E A HEGEMONIA DO PLN

A Costa Rica abre, junto com El Salvador, no próximo dia 2 de fevereiro, a série de eleições na América Latina em 2014.

O país poderá certificar um novo período de governo para o Partido Libertação Nacional (PLN), força que está no poder desde 2006, primeiro com Óscar Arias (2006-2010) e depois com Laura Chinchilla (2010-2014), herdeira e afilhada política de Arias. Uma vitória do atual candidato do PLN, Johnny Araya, prolongaria para 12 anos a permanência no poder deste partido.

Esta força política se viu beneficiada pela crise que atravessa seu tradicional rival, o Partido da Unificação Social Cristã, (PUSC), devido aos escândalos que atingiram vários dos ex-presidentes deste partido: os casos de corrupção vividos nos Governos de Rafael Ángel Calderón (1990-1994) e Miguel Ángel Rodríguez (1998-2002), ambos do PUSC, se juntaram em 2013 à renúncia de Rodolfo Hernández como candidato presidencial para 2014, por suas diferenças com os dirigentes do partido.

Além disso, o voto do PLN tem se mantido, até agora, mais ou menos

“O país poderá certificar um novo período de governo para o Partido Libertação Nacional (PLN)”

“O Governo, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), parte como favorito na maioria das enquetes”

estável diante da fragmentação opositora que aparece dividida em forças situadas mais à esquerda, wcomo o Partido de Ação Cidadã (PAC) e a Frente Ampla (FA), ou à direita (o Movimento Libertário). Se a FA se inclina pelo intervencionismo estatal, os libertários apostam em impulsionar reformas de tipo neoliberal.

Para as eleições de 2014, o candidato governista Johnny Araya, que dirigiu a capital, San José entre 1991 e 2013, e o líder de esquerda José María Villalta disputam o primeiro lugar das intenções de voto. Araya, do governista Partido Libertação Nacional, mas fora da facção que controlou o partido desde 2006, vinculada a Óscar Arias, soma apoio de 17,4% e Villalta, da esquerdista Frente Ampla, acumula 15,7%, segundo pesquisa do Centro de Pesquisa e Estudos Políticos (CIEP) da estatal Universidade da Costa Rica.

Em terceiro lugar, está Otto Guevara, do direitista Movimento Libertário, com 10,4% das intenções de voto, depois, em quarto, está o candidato do centro-esquerdista Partido de Ação Cidadã, Luis Guillermo Solís, com 5,1%.

Mas estes números não mostram um quadro fixo já que quase a metade do eleitorado se situava no grupo de indecisos, o que pode provocar muitas mudanças à medida que se aproximem as eleições.

3. EL SALVADOR, ENTRE O RETORNO DA ARENA E A CONTINUIDADE DA FMLN

El Salvador é o outro país que abre no dia 2 de fevereiro o calendário eleitoral na América Latina. Pleitos nos quais o oficialismo, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) parte como favorita na maioria das enquetes. A antiga guerrilha da FMLN, com um independente como cabeça de chapa em 2009, Mauricio Funes, pôs fim a 20 anos de hegemonia política da direita encarnada na Arena (1989-2009).

Neste pleito, a ex-guerrilha já não apresenta um independente, mas uma das figuras mais representativas e históricas da FMLN, Salvador Sánchez Cerén (atual vice-presidente de Funes), que unifica o voto de esquerda. Sánchez Cerén dirigiu durante a guerra civil a Frente Popular de Libertação, uma das forças que integravam a FMLN. Escolher como candidato presidencial este professor, sindicalista e chefe guerrilheiro nos anos 80 com o nome de “Leonel González” representa um giro na estratégia da FMLN. A antiga guerrilha fracassou várias vezes quando levou como candidato presidencial um lendário chefe guerrilheiro, Schafik Handal. Por isso, apostou em 2009 em um independente, Funes, e teve êxito já que conseguiu conquistar a presidência após os fracassos de 1994, 1999 e 2004.

No entanto, a antiga guerrilha teve a sensação que tinha

“O tema da insegurança cidadã, como ocorreu nas eleições de Honduras em 2013, centrou a maioria dos debates”

ganhado as eleições de 2009, mas não o poder, pois Funes sempre foi muito independente com relação ao aparato do partido. Nesse contexto, produz-se agora essa mudança de estratégia. Como aponta o analista (e ex-guerrilheiro) Joaquín Villalobos, “o ex-comandante guerrilheiro, Salvador Sánchez, de definição bolivariana e candidato da FMLN, tem mais opiniões negativas que positivas. É um retrocesso com relação a Funes e um suicídio eleitoral inexplicável da esquerda. É impossível que possa passar do 50% dos votos e qualquer dos outros dois candidatos o derrotaria fácil em um segundo turno”.

Esta divisão faz com que a FMLN parta como favorita para ganhar no primeiro turno. Mas, dado que nem a Arena nem a FMLN, conseguiriam 50% mais um dos votos, o segundo turno seria disputado em 9 de março de 2014, para o qual Quijano é o que, por enquanto, contaria com mais adesões, pois se supõe que reuniria os votos areneros e de Unidade.

O tema da insegurança cidadã, como ocorreu nas eleições de Honduras em 2013, centrou a maioria dos debates já que é com diferença o que mais afeta e preocupa a população (53,2% o consideram o assunto mais urgente, sendo o segundo a situação econômica com 27,9%). El Salvador é junto com Honduras e Guatemala um dos países que mais sofre os efeitos da insegurança derivada da atuação das gangues e do narcotráfico.

Mas perante este assunto, tanto a Arena em seus 20 anos de Governo (com políticas de mão dura) como a FMLN nos últimos cinco (pactuando uma trégua com as gangues) parece que não encontraram o remédio nem a solução, pois nenhum dos dois impulsionou medidas integrais, mas parciais e conjunturais.

Outro dos assuntos que marcaram a campanha é o que afetou o ex-presidente Francisco Flores (da Arena e assessor de Norman Quijano), que esteve envolvido em sérias acusações por parte do atual presidente. Mauricio Funes denunciou que se desconhece o paradeiro de 10 milhões de dólares doados por Taiwan durante a Presidência de Flores. Esse dinheiro foi emitido em nome de Flores em um banco na Costa Rica, depois foram enviados a outro banco em Miami e, posteriormente acabou nas Bahamas.

Além da realidade dos fatos, a denúncia mostra um alto grau de envolvimento do presidente na campanha, o que fez com que o procurador-geral tenha posto sob investigação o presidente Funes. É acusado de revelar informação confidencial do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para afetar politicamente seu antecessor, Francisco Flores, apesar de que, por lei, estava impedido de fazê-lo.

O envolvimento presidencial no pleito é muito grande. Assim, em recente entrevista ao jornal espanhol El País, Funes não só atacou a “oligarquia” de El

“A Colômbia terá eleições presidenciais no dia 25 de maio, no que se apresenta como um duelo indireto entre dois antigos aliados, o presidente Juan Manuel Santos e seu antecessor Álvaro Uribe”

Salvador, mas diretamente a Arena: “Estou confrontando o poder oligárquico que dominou o país, que controlou as instituições, mas que agora não controla o Executivo nem tem maioria legislativa. E, portanto, o poder oligárquico reage e utiliza seus instrumentos, utiliza meios de imprensa, a Arena. É isso que estou enfrentando”.

E depois acrescentou: “O lema da campanha de Norman Quijano (candidato presidencial da Arena) é “recuperemos El Salvador”. É um lema sugestivo, porque diz recuperemos, ou seja El Salvador “era nosso” antes, como se El Salvador fosse uma empresa que era nossa e que a administrássemos e manejassemos a nosso desejo, como uma vaca que se ordenha e se tira o leite até onde possa porque é minha vaca. Mas perderam a eleição de 2009 e agora acham que é a oportunidade deles de recuperar El Salvador, ou seja, recuperar o país do qual eram ou foram historicamente seus donos, para favorecer seus interesses”.

A acusação contra Flores abriu caminho à campanha suja. A Arena, partido claramente na extrema direita nos anos 80 (agora já situado no centro-direita), voltou a usar todo seu arsenal dos tempos de chumbo. Assim, o vice-presidente de Ideologia do Conselho Executivo Nacional da Arena (Coena), Ernesto Muyshondt, apresentou publicamente uma imagem na qual aparece o candidato

presidencial do FMLN, Salvador Sánchez Cerén, junto com líderes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Além disso, o candidato direitista, Norman Quijano, não duvidou em aprofundar a polarização da campanha se referindo ao que, segundo ele, haveria em jogo: derrotar “de uma vez por todas” o regime do socialismo do século XXI.

4. COLÔMBIA, URIBISMO CONTRA SANTISMO

A Colômbia terá eleições presidenciais no dia 25 de maio, no que se apresenta como um duelo indireto entre dois antigos aliados, o presidente Juan Manuel Santos e seu antecessor Álvaro Uribe. Santos, ministro e herdeiro de Uribe, acabou rompendo com o uribismo ao longo de sua Presidência e em 2014 deverá enfrentar Óscar Iván Zuluaga, que será o presidenciável uribista, já que o ex-presidente não pode tentar uma reeleição.

Santos, apesar de não possuir o carisma de Uribe e em setembro ter enfrentado uma onda de protestos que afundaram sua popularidade, é o grande favorito porque em sua frente tem uma oposição desunida (principalmente a esquerda) e sem grande resistência (Zuluaga não é muito conhecido e carece do poder de chegada de Uribe). Além disso, pouco a pouco, o presidente foi se recuperando

“O panorama além do santismo é o de uma série de exércitos (partidos) com soldados, mas sem general”

nas enquetes uma vez passado o impacto das mobilizações e dos protestos sociais do último mês de setembro, subindo seu respaldo dos 29% há três meses aos 39% em dezembro.

O presidente, além disso, vai claramente crescendo nas intenções de voto: na pesquisa de novembro do Gallup Colômbia, Juan Manuel Santos obtinha quase o dobro das intenções de voto (27%) com relação ao candidato Zuluaga, a quem lhe correspondia 14,9%. Em dezembro, sua intenção de voto aumentou 11,5 pontos percentuais até alcançar 38,5% enquanto Zuluaga caía 1,3 ponto percentual.

Santos, que em si mesmo não é um homem que se caracterize por seu carisma, ocupa o centro do espectro político apoiado pelas organizações partidárias mais fortes do país: o histórico Partido Liberal, Cambio Radical e o Partido de la U. A sua direita se ergue o uribismo e o Partido Conservador e a sua esquerda a Aliança Verde-Progressista, o Polo Democrático e União Patriótica.

O panorama além do santismo é o de uma série de exércitos (partidos) com soldados, mas sem general (é o caso dos conservadores e das diversas facções da esquerda) e o general (Uribe) sem exército, pois o uribismo tem seguidores e popularidade, mas sua estrutura partidária é débil e sem figuras que estejam à altura do ex-presidente. Zuluaga arrasta um amplo desconhecimento entre

a população, o que pode ser compensado, só em parte, graças ao respaldo de Álvaro Uribe que inclusive pôs seu nome na plataforma que apoia Zuluaga, que é o candidato do Uribe Centro Democrático.

À direita de Santos, o uribismo por enquanto teria a exclusividade com seu candidato presidencial e seu candidato a senador. Mas alguns conservadores estão cogitando a possibilidade de abandonar Santos e ir com sua própria candidatura. Estão fora do poder desde 2002 e desde essa data se limitaram a apoiar candidaturas alheias (a Uribe em 2006) e quando foram sozinhos, em 2010 com Noemí Sanín, só alcançaram 6% dos votos. A figura que emerge como possível candidata conservadora é a de Marta Lucía Ramírez, que foi ministra de Uribe. De todas as formas existe também uma ala santista dentro dos conservadores que parece contar com o controle do aparelho do partido e outra que inclusive propõe uma terceira fórmula, ir em coalizão com o uribismo.

Por enquanto, na esquerda só estende a divisão e a falta de clareza. Sem Antanas Mockus (quem em 2010 disputou o segundo turno contra Santos), que nem sequer liderará uma lista ao Senado, se multiplicaram os possíveis presidenciais. Clara López, uma dessas aspirantes esquerdista à Presidência pelo Polo Democrático, admitiu esses problemas quando comentou que estão surgindo muitas candidaturas, que “geram

“Com a eleição presidencial claramente a favor de Santos, a atenção deverá concentrar-se nos pleitos legislativos de março”

distorção e dificuldade” para uma proposta alternativa unificada, “pela variedade de atores e as distâncias das propostas”.

Entre as outras forças de esquerda se destaca a União Patriótica, que recuperou sua personalidade jurídica após uma decisão do Conselho de Estado, e escolheu como presidenciável Aída Abella, que após 17 anos de exílio por um atentado contra si, retornou à Colômbia. O esquerdista partido União Patriótica (UP) é herdeiro do que existiu nos anos 80, época na qual foram assassinados mais de 4.000 de seus militantes.

Em teoria o grupo mais forte na esquerda é a Aliança Verde-Progressista, onde a candidatura é disputada entre o ex-prefeito Enrique Peñalosa e os senadores John Sudarsky e Camilo Romero. Um dos grandes favoritos, o ex-governador de Nariño, Antonio Navarro, que, de acordo com uma recente pesquisa do Gallup, conta com uma imagem positiva de 51%, desistiu da corrida presidencial. Navarro evidenciou o mal estado pelo qual atravessa a esquerda quando confessou que estava “muito desorganizado” o projeto para unificar os partidos alternativos e não se pôde encontrar um mecanismo para encontrar um único candidato contra Santos e Óscar Iván Zuluaga, do Uribe Centro Democrático.

Assim, com a eleição presidencial muito clarificada em favor de Santos, a atenção deverá concentrar-se nos pleitos legislativos de março onde tudo

indica que a bancada uribista, com o próprio Uribe como candidato a senador, obterá muito bons resultados (20 legisladores).

Isto outorgará ao uribismo uma ampla margem de manobra em um momento decisivo no qual presumivelmente ao longo de 2014 se chegará ao acordo definitivo com as Farc que deverá posteriormente ser referendado em uma consulta popular. O uribismo é contrário ao atual processo de negociações e ao contar com uma ampla bancada pode condicionar o andamento do processo.

5. PANAMÁ, A LUTA PELA HERANÇA DE MARTINELLI

Desde a restauração da democracia em 1989, as duas grandes forças políticas do país, o torrijismo (Partido Revolucionário Democrático) e o Partido Anulfista se sucederam no poder no Panamá. Entre 1989 e 1994, Guillermo Endara (arnulfista) governou o país, sendo substituído por Ernesto Pérez Balladares, do PRD. Depois governaram, um após o outro, os herdeiros diretos dos dois grandes caudilhos históricos: Mireya Moscoso (1999- 2004), viúva de Arnulfo Arias, e Martín Torrijos (2004-2009), filho do general Omar Torrijos.

Esta dinâmica foi rompida em 2009 com a vitória de um movimento alheio aos dois partidos tradicionais. O Mudança Democrática do atual presidente Ricardo Martinelli, que de todas as

**“Em uma campanha,
o importante é o
candidato ou o grupo
que o respalda, que no
caso de José Domingo é
o Governo e
suas obras”**

formas venceu em aliança com o Partido Panameñista (Arnulfista).

Uma aliança que acabou sendo precária, pois o atual vice-presidente da República Juan Carlos Varela, do Panameñista, foi destituído de seu cargo como ministro das Relações Exteriores pelo Chefe de Estado e com isso acaba de romper a coalizão.

Ricardo Martinelli não conseguiu durante seu mandato reformar a constituição para tentar a reeleição, por isso que nas eleições presidenciais de 2014 está em jogo sua herança entre um candidato próximo a ele, José Domingo Arias, do governista movimento Mudança Democrática (CD, centro-direita), e o do Partido Revolucionário Democrático (PRD, esquerda), Juan Carlos Navarro.

Arias, que também é respaldado pelo MOLINERA, conta com total apoio de Martinelli, por isso que na realidade nas eleições avalia-se a gestão presidencial, frente à oposição que encarnam as antigas forças políticas do país. “Em uma campanha, o importante é o candidato ou o grupo que o respalda, que no caso de José Domingo é o Governo e suas obras”, confessou o ministro da Presidência, Roberto Henríquez.

Segundo uma pesquisa do final de 2013 da empresa “Ipsos”, Arias (que foi Ministro de Habitação com Martinelli) alcançaria 29% nas intenções de voto do eleitorado, e o opositor Navarro ficaria com 27%. Além disso, o candidato opositor Juan Carlos Varela ficaria

com cerca de 21%. Por fim, a esquerda vai ser representada na recém-fundada Frente Ampla pela Democracia (FAD) que tem como candidato Genaro López.

O principal trunfo de Arias para ganhar está na popularidade de Martinelli: o presidente goza de 68% de respaldo de sua gestão, enquanto há um ano era de 52%. Programas sociais como os subsídios aos idosos sem pensão, chamado “100 aos 70”, a construção do Metrô da capital, a “bolsa de estudos universal” para os estudantes e a previdência vitalícia para os envenenados em 2006 por uma substância misturada com remédios do Seguro Social (12%) explicam as fortalezas presidenciais.

No pleito de 2014 serão eleitos o presidente do Panamá, os 71 deputados da Assembleia Nacional (Parlamento), os 20 deputados do Parlamento Centro-Americano, 75 prefeitos, assim como 632 vereadores e representantes com seus respectivos suplentes. Agora, os candidatos presidenciais estão preocupados em escolher os melhores companheiros (para vice-presidente), que serão anunciados antes de 2 de fevereiro.

6. BRASIL, DILMA ROUSSEFF FAVORITA INDISCUTÍVEL

Os protestos populares de junho e julho de 2013 fizeram com que surgissem dúvidas sobre a reeleição de Dilma Rousseff em 2014. No entanto, a habilidade da presidente para canalizar o descontentamento e a paulatina diminuição dos protestos deixou

Dilma de novo como a grande favorita para ganhar as eleições presidenciais de 5 de outubro de 2014, o que aumentaria o predomínio de seu partido, o PT, para 16 anos. Apesar da melhora, a popularidade de Dilma (aumentou de 54% a 56%) não alcança ainda os 79% que tinha em março do ano passado, antes da onda de protestos.

Neste momento, Dilma não tem rival nem à direita (Aécio Neves, do PSDB) nem à esquerda (nem a ecologista Marina Silva nem seu aliado o socialista Eduardo Campos). A última pesquisa Datafolha, de dezembro, aponta que Dilma obterá 47% dos votos, contra 19 de Aécio e 11 de Campos.

Para o analista Eric Nepomuceno, “a oposição política patina em um discurso sem direção, vazio de conteúdo e carente de propostas. A verdadeira oposição se concentra nos meios de comunicação”. E acrescenta: “Para o PSDB, aí estaria o lema de sua campanha: mudança com segurança. Mas são incapazes de esclarecer que pretendem mudar, e o que entendem como mudanças seguras. O que volta a ficar claro é a absoluta incapacidade tanto de Aécio (ou Serra) como de Campos (ou Marina Silva) de apresentar um projeto alternativo convincente. Não o fizeram no auge da queda de Dilma, em junho (seu governo tinha 65% de aprovação em março; despencou a 30% em junho; em outubro voltou a 44%), nem a têm agora. Também não tiveram elementos para impedir sua recuperação”.

Efetivamente, a aprovação do governo da presidente aumentou seis pontos e já alcança 43%, a dez meses das eleições presidenciais, segundo uma pesquisa do Ibope, o que representa uma significativa recuperação, após ter caído até 31% em julho após os protestos. O aumento da popularidade do governo de Dilma deve muito a sua capacidade de reação perante os protestos, com programas como o “Mais Médicos”, com a contratação de milhares de médicos estrangeiros, principalmente cubanos, para atender às áreas mais isoladas e pobres do país. Calcula-se que 23 milhões de pessoas recebem atendimento médico graças a este plano.

Além disso, Dilma Rousseff reforçou os laços com a coalizão política que lhe apoia e que tinham se afrouxado nos últimos meses. A presidente se reaproximou de sua base partidária e conseguiu disciplinar o voto. Como lembrava o jornal Folha de S. Paulo, “em agosto, Dilma visitou os presidentes da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Dilma também autorizou a aprovação de emendas para destinar recursos a projetos apresentados por congressistas para atender suas bases eleitorais”. Além disso, as reuniões com os líderes partidários passaram a ser mais frequentes, e o ministro da Educação, Aloizio Mercadante (homem forte e de confiança de Dilma), se transformou de fato no enlace e interlocutor com o Congresso.

“A oposição política patina em um discurso sem direção, vazio de conteúdo e carente de propostas. A verdadeira oposição se concentra nos meios de comunicação”

“Desde 2010, a Bolívia encontrou a estabilidade política (baseada na hegemonia do presidente e seu partido) e a estabilidade econômica com crescimentos de 5% e 6% nos últimos anos”

Será preciso estar, de todas as formas, muito atento às coalizões que se formam, que resultam vitais para garantir a governabilidade e contar com a maioria no Congresso. Algo muito importante, além disso, porque o próximo Governo petista e de Dilma deverá realizar profundas reformas no modelo econômico brasileiro (protecionista e com altos níveis de pressão fiscal), que demonstra esgotamento. Tudo indica que a base aliada governista seguirá formada por dois grandes partidos (o PT, da presidente, e o centrista PMDB) assim como por um conjunto de pequenas formações. A saída da coalizão do PSB seria coberta por novas formações como o PSD de Gilberto Kassab (uma cisão do PSDB) e o PROS dos irmãos Gomes (uma cisão do PSB).

7. BOLÍVIA E A REELEIÇÃO PLEBISCITÁRIA DE EVO MORALES

Evo Morales não quer só ser reeleito como presidente nas eleições presidenciais de 5 de outubro de 2014, quer fazê-lo de forma contundente, plebiscitária, alcançando mais de 70% dos votos. Para isso está realizando uma intensa atividade que inclui novas alianças políticas e medidas míopes para aumentar o respaldo popular.

Morales, eleito em 2005 e reeleito em 2009, ancora suas aspirações nos sucessos de sua gestão: desde 2010 a Bolívia encontrou a estabilidade política (baseada

na hegemonia do presidente e seu partido) e a estabilidade econômica com crescimentos de 5% e 6% nos últimos anos. O Governo o expressou com clareza e não esconde que seu objetivo não é ganhar (algo que se pressupõe), mas conseguir o respaldo de três quartos do eleitorado boliviano. “A meta para mim é ganhar com 74% cada eleição, aumentar 10%, e está em nossas mãos, temos programa, temos princípios, temos partido, ou seja, queremos entender melhor e ganhar de forma contundente”, comentou o próprio Morales.

Para conseguir, sua estratégia está sendo muito variada. Por exemplo, ampliou sua rede de alianças e apoios incluindo a outrora poderosa (nos anos 80) Central Operária Boliviana. Além destas alianças, algumas medidas conjunturais, como o decreto do ‘doble aguinaldo’, se transformam em uma iniciativa claramente eleitoreira. O presidente decretou o pagamento duplo para os trabalhadores estatais pelo crescimento da economia que em 2013 chegou a 6,5%.

No terreno político, Morales conseguiu ainda transformar o MAS no único partido com alcance e implantação nacional frente a uma heterogênea e dividida oposição que possui, sobretudo, força local e departamental em La Paz (Juan del Granado e seu Movimento Sem Medo) e em Santa Cruz (Rubén Costas).

Os dois graves problemas da oposição a Evo Morales são a divisão que se estende em suas

“A Frente Ampla se encaminha para seu terceiro período presidencial pelas mãos de sua principal referência histórica, Tabaré Vázquez”

fileiras e a heterogeneidade de suas propostas que torna incompatível sua união. Há atualmente três forças principais que se alçam como os grupos favoritos para liderar o antievismo: a liderada por Juan del Granado, o Movimento Sem Medo (MSM); a que responde a Samuel Doria Medina, a Frente Ampla, cuja base é União Nacional, (UN); e Rubén Costas, do Movimento Democrata Social (MDS).

Os três representam opções de centro (Del Granado – centro-esquerda e ex-aliado de Morales–, Medina –centro– e Costas –centro-direita–), mas os personalismos e as agendas diferentes obstaculizam a unidade.

As enquetes apontam que o opositor melhor situado é o empresário e líder da União Nacional, Samuel Doria Medina, com 12% das intenções de voto. O governador do departamento de Santa Cruz, Rubén Costas, tem um apoio de 9%, e o ex-prefeito de La Paz e ex-aliado de Morales, Juan del Granado, 6%. Del Granado é quem mais claramente procura alçar-se com as velhas bandeiras que desfraldou Morales em sua ascensão ao poder. Como ex-aliado do atual presidente tenta conquistar para sua causa o voto indígena e de uma ala da esquerda decepcionada com Evo.

O propósito de Samuel Doria Medina é ainda mais ambicioso: formar uma megacoalição de forças heterogêneas para derrotar Morales. É o que se conhece como a Frente Ampla.

O partido de Medina, a União Nacional, impulsionou esta coalizão na qual já entraram o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), que foi o maior partido do país entre 1952 e 2003, Nova Aliança Bolívia (NAB), Esquerda Democrática, Novo Poder Cidadão (NPC), PAÍS e o Coletivo Cochabamba.

Perante a impossibilidade de tirar a Presidência de Morales, a oposição estaria na realidade buscando um plano B: evitar que o MAS, o partido do presidente, siga controlando dois terços do legislativo. A analista Elena Argirakis explica que a oposição tem “poucas” probabilidades de vencer Evo Morales nas eleições de 2014. Assim, a estratégia será “bloquear” o MAS impedindo que alcance os 2/3 na Assembleia Legislativa Plurinacional.

8. URUGUAI, HEGEMONIA DA FRENTE AMPLA E O RETORNO DE TABARÉ VÁZQUEZ

A Frente Ampla se encaminha para seu terceiro período presidencial pelas mãos de sua principal referência histórica, Tabaré Vázquez. As eleições acontecerão em 26 de outubro e nelas parte como favorita a coalizão de esquerda que chegou ao poder em 2005 precisamente com Vázquez de candidato e que depois repetiu o triunfo com José Mujica (2010-2015).

A Frente Ampla, nascida nos anos 70, rompeu em 2004 o histórico duopólio branco-colorado e se

“As eleições presidenciais que acontecerão na América Latina em 2014 vão reafirmar as tendências políticas que vêm se assentando na região há quase uma década”

transformou na força política hegemônica frente aos dois partidos tradicionais. Como destaca o analista político uruguaio Óscar Bottinelli, “no Uruguai o bipartidarismo tradicional, que se anuncia em 1825 com a cisão Rivera-Lavalleja, se consolida em 1836 com o eixo colorado-branco e se mantém incólume por 135 anos, até que é desafiado em 1971 com o surgimento da Frente Ampla. Pouco tempo depois chega em 1994 o tripartidarismo perfeito (32 deputados do Partido Colorado, 31 do Nacional, 31 da Frente Ampla) e já em 1999 se cruza essa linha, com o FA subindo, com praticamente 40% de eleitorado. Isso já significava um setor muito importante, enfrentado a outro que era majoritário. Em 2004 o país fica dividido em metades, à esquerda o FA e à direita colorados e brancos”.

Tabaré lidera as enquetes e, além disso, existe um amplo consenso sobre o fato de que se transformou no favorito para se tornar o vencedor. A percepção é generalizada: 77% acreditam que o próximo presidente será Tabaré Vázquez. Jogam contra ele a alta inflação (de mais de 8%), o aumento da insegurança, as brigas dentro da Frente Ampla e o escândalo PLUNA que provocou a renúncia do ministro da Economia, Fernando Lorenzo.

Na oposição, sobressaem duas figuras, à espera que se realizem as eleições internas. O pré-candidato à Presidência pelo Partido Nacional (ou branco) e líder da corrente interna Futuro Nacional, Jorge Larrañaga, e o

senador Pedro Bordaberry no Partido Colorado.

Muito possivelmente haverá segundo turno, o que é um incentivo para as duas forças da oposição, os dois partidos tradicionais, para unir-se nessa nova rodada. Em jogo, além disso, está a maioria no legislativo: se a Frente Ampla não ganhar no primeiro turno essa maioria correrá um sério perigo.

CONCLUSÕES

As eleições presidenciais que acontecerão na América Latina em 2014 vão reafirmar as tendências políticas que vêm se assentando na região há quase uma década.

Heterogeneidade política, continuísmo de determinadas forças que desembocaram em hegemônias políticas e tendência em alguns países à consolidação de fortes lideranças personalistas que, em certos casos, se transformam em “autoritarismos competitivos”.

Heterogeneidade regional

Em relação ao tema da heterogeneidade política cabe ressaltar que a região está longe das teorias que indicam que com vitórias como a de Michelle Bachelet no Chile, a América Latina segue voltando-se à esquerda. O certo é que esta visão é muito reducionista e simplificadora já que passa por alto os matizes de uma região muito heterogênea.

Na realidade, o que existe é uma região na qual predominam

“O autoritarismo competitivo surgiu com força nos países andinos. O caso mais notório dos últimos anos é Venezuela”

três grandes tendências políticas (centro-direita, centro-esquerda e “socialismo do século XXI” ou, melhor dizendo, movimentos nacional-populistas) e onde as diferentes esquerdas não podem ser englobadas em uma mesma categoria. Não é a mesma a esquerda que encarnam Michelle Bachelet e Dilma Rousseff e a que representa Evo Morales, Nicolás Maduro e o falecido Hugo Chávez.

A esquerda do “socialismo do século XXI” (Daniel Ortega, Evo Morales, Nicolás Maduro e Rafael Correa) não criou em seus países ambientes favoráveis aos investimentos (especialmente na Venezuela e na Argentina, sem esquecer as expropriações na Bolívia) e seu estilo de Governo tende ao autoritarismo competitivo.

Este termo, utilizado pelo acadêmico e analista político Steven Levitsky, joga muita luz sobre a natureza desse tipo de Governos, tão afastados do ideal de esquerda social-democrata: “O autoritarismo competitivo surgiu com força nos países andinos. O caso mais notório dos últimos anos é a Venezuela. Eleito democraticamente, Hugo Chávez utilizou mecanismos plebiscitários e as receitas do petróleo para concentrar o poder, impor uma nova Constituição, e utilizar as instituições e recursos do Estado para ir fechando o espaço à oposição”.

“Bolívia e Equador são casos mais “soft”, mas também se transformaram em autoritarismos competitivos. Nas democracias,

os ex-candidatos presidenciais não são exilados (Bolívia), os congressistas não são maciçamente cassados (Equador), e os presidentes não ganham julgamentos –com penas tremendas– contra os jornais (Equador)”, conclui Levitsky.

Mas não só é que na América Latina exista uma esquerda muito heterogênea e dificilmente compatível para ser englobada em uma só categoria, além disso, na região coexistem três grandes tendências políticas. Em 2006 se falava do “giro à esquerda”, esquecendo não só da heterogeneidade dessa esquerda, mas da existência já então de partidos de centro-direita no poder, como o PAN no México e o uribismo na Colômbia.

Mas agora a situação é ainda mais marcada, pois a centro-direita governa de forma majoritária na América do Norte (o PRI de Enrique Peña Nieto no México), na América Central (Otto Pérez Molina na Guatemala, o eleito José Orlando Hernández em Honduras, Laura Chinchilla na Costa Rica e Ricardo Martinelli no Panamá) e no Caribe (Danilo Medina na República Dominicana).

Ou seja, que em 6 dos 8 países dessa região existem Governos de centro-direita, com as exceções de Mauricio Funes em El Salvador (que lidera um executivo de centro-esquerda democrático e reformista, com sérias diferenças com a marxista ex-guerrilha do FMLN) e Daniel Ortega na Nicarágua.

“Ao contrário dos anos 90 no qual predominavam na região os Governos de corte “neoliberal”, na atualidade a América Latina se mostra variada, heterogênea e com fortes diferenças internas”

Na América do Sul a situação é mais equilibrada, mas também heterogênea. Neste caso, existem três Governos de centro-direita (o de Juan Manuel Santos na Colômbia, Horacio Cartes no Paraguai e ainda Sebastián Piñera no Chile), três de centro-esquerda (Ollanta Humala no Peru, Dilma Rousseff no Brasil e José Mujica no Uruguai) e quatro do também heterogêneo socialismo do século XXI e seus aliados (Nicolás Maduro na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia e Cristina Kirchner na Argentina).

Trata-se, portanto, de uma região dividida em três terços praticamente iguais, onde nenhuma das tendências tem um predomínio arrasador e onde as mudanças eleitorais mantêm a coexistência dessas tendências.

Assim as eleições presidenciais de 2013 foram um fiel reflexo desta situação: ganharam os candidatos do “socialismo do século XXI” em fevereiro no Equador e em abril na Venezuela, a centro-direita venceu no Paraguai e em Honduras, e a centro-esquerda no Chile.

A conclusão é que, ao contrário dos anos 90, na qual, na região predominavam os Governos de corte “neoliberal”, na atualidade a América Latina se mostra variada, heterogênea e com fortes diferenças internas.

Continuismo e novas hegemonias

As últimas eleições realizadas na América Latina em 2013, e as que se aproximam para 2014,

desenham um panorama no qual saem reforçadas as hegemonias de determinados partidos, o retorno de líderes carismáticos ou movimentos partidários que em seu dia foram predominantes no exercício do poder político.

Por hegemonia entendemos neste relatório um partido, movimento ou líder que ganhou, pelo menos, três eleições (como é, por exemplo, o caso de Rafael Correa em 2013) ou que tudo indica que vai ganhar uma terceira (como, por exemplo, Evo Morales em 2014).

Existe na região uma ampla pluralidade de tipos de predomínios políticos: os ininterruptos como o do chavismo na Venezuela desde 1998, outros que sofreram alguma pequena interrupção (o peronismo na Argentina ocupa o poder executivo desde 1989 com só uma exceção, o biênio 1999-2001) e outros que, após perder a Presidência (o PRI no México em 2000, o Partido Colorado no Paraguai em 2008 e a Concertação chilena em 2010), voltam agora ao poder (o priismo em 2012, o coloradismo em 2013 e o concertacionismo em 2014).

Com Michelle Bachelet se produziu esse fenômeno: recuperou o poder a coalizão que governou de forma hegemônica o Chile de 1990 a 2010, a Concertação, agora chamada Nova Maioria, com a incorporação do Partido Comunista. É em essência o mesmo bloco que hegemonizou o poder no país andino desde o final do regime autoritário de Augusto

“A hegemonia do chavismo na Venezuela com Hugo Chávez, e sem ele, se remonta a 1999 e agora se repete em outros países com o predomínio de Evo Morales na Bolívia desde 2005, de Rafael Correa desde 2007 e Daniel Ortega desde 2007”

Pinochet e não experimentou profundas transformações (além do nome). Seu retorno ao Palácio de la Moneda ocorre graças ao carisma e à empatia de Michelle Bachelet mais que a uma mudança ou transformação da coalizão.

Retornam à América Latina também outros partidos que foram hegemônicos: ocorreu em 2012 com o PRI de Enrique Peña Nieto no México e em meados deste ano no Paraguai com o triunfo do Partido Colorado de Horacio Cartes. O priismo governou o México, com diferentes nomes, de 1929 a 2000 e o coloradismo fez o mesmo no Paraguai de 1947 a 2008.

Antigas forças hegemônicas voltam ao poder que outras parecem manter ferreamente sujeito. É o caso do PT no Brasil que pelas mãos de Luiz Inácio Lula da Silva primeiro (2003-2010) e agora de Dilma Rousseff (2011-) está perto de revalidar em 2014 sua permanência no poder até 2018 (no total 16 anos no poder).

Pelo mesmo caminho marcha a Frente Ampla no Uruguai. Rompeu o duopólio colorado-branco em 2005 com Tabaré Vázquez (2005-2010) e o ratificou José Mujica depois (2010-). Agora é o favorito para ocupar a Presidência até 2020 de novo com Tabaré Vázquez como presidenciável.

O peronismo em suas diferentes versões (neoliberal nos 90 com Carlos Menem, desenvolvimentista em 2001-2003 com Eduardo Duhalde e

kirchnerista desde 2003) retém o poder na Argentina desde 1989 e até a atualidade (salvo em um breve período de dois anos, 1999-2001). E tudo indica que o fim de regime kirchnerista que encarna Cristina Kirchner dará passagem a uma nova hegemonia também peronista liderada, talvez, pelo governador de Buenos Aires, o peronista aliado circunstancialmente com o kirchnerismo, Daniel Scioli ou pelo peronista dissidente Sergio Massa.

A hegemonia do chavismo na Venezuela com Hugo Chávez, e sem ele, se remonta a 1999 e agora se repete em outros países com o predomínio de Evo Morales na Bolívia desde 2005, de Rafael Correa desde 2007 e Daniel Ortega desde 2007.

A Colômbia é um caso especial. A hegemonia uribista desde 2002 foi continuada por um herdeiro seu, Juan Manuel Santos, que rompeu com seu progenitor político. Se conseguir a reeleição em 2014, a coalizão (Partido de la U e Cambio Radical) que rodeou Uribe e agora Santos (com um novo acrescentado, o Partido Liberal) prolongaria seu predomínio durante 16 anos.

Outro caso destacável é o do PLD na República Dominicana e o do PLN na Costa Rica. Leonel Fernández, líder do PLD, pode ser considerado como o último caudilho da política dominicana já que governou após o desaparecimento político do caudilho anterior, Joaquín

“Poucos países latino-americanos escapam desta dinâmica: é o caso da Guatemala e do Peru, onde nenhum partido repetiu na Presidência desde o retorno da democracia nos anos 80”

Balaguer, 12 dos últimos 16 anos (salvo o período 2000-2004). O três vezes presidente dominicano (1996-2000, 2004-2008 e 2008-2012) conseguiu prolongar sua presença através do atual líder, Danilo Medina, herdeiro político de Leonel que, além disso, situou sua esposa Margarita Cedeño na Vice-Presidência.

Tudo parece indicar que Leonel tentará voltar ao Governo na próxima eleição de 2016.

E na Costa Rica se o PLN triunfa nas presidenciais de 2014 engatará três presidências contínuas após as de Oscar Arias (2006-2010) e Laura Chinchilla (2010-2014).

Poucos países latino-americanos escapam desta dinâmica: é o caso da Guatemala e do Peru, onde nenhum partido repetiu na Presidência desde o retorno da democracia nos anos 80, ou do Panamá onde arnulfistas e torrijistas se sucedem no poder desde 1990.

LLORENTE & CUENCA

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO

Consultoria de Comunicação líder na Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **16 sócios** e **300 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol** e **português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina, Brasil, Colômbia, China, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos, Chile, Bolívia, Uruguai e Venezuela**

Sua presença internacional ter levado LLORENTE & CUENCA a posiciona-se em 2011 e 2010 entre uma das cinquenta companhias de comunicação mais importantes do mundo, segundo o Ranking anual elaborado por The Holmes Report. Em 2013, ocupa a colocação 51 do Ranking, ascendendo uma colocação em comparação a 2012.

Organização

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Reputação e Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

IBÉRIA

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Carlos Matos
Sócio
carlos.matos@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: +351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Juan Carlos Gozzer
Diretor Executivo
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro - RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Alameda Santos, 200 – Sala 210
Cerqueira Cesar. SP 01418-000 (Brasil)
Tel.: +55 11 3587 1230

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com


Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975


ÁSIA

Beijing


Sergi Torrents
Diretor Geral
storrents@grupo-11.com


2009 Tower A. Ocean Express
N2 Dong san Huan Bei Road, Chaoyang District
Beijing (China)
Tel: +86 10 5286 0338


 Site corporativa
www.llorenteycuenca.com

 Blog corporativo
www.elblogdellorenteycuenca.com

 Twitter
<http://twitter.com/llorenteycuenca>


 YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

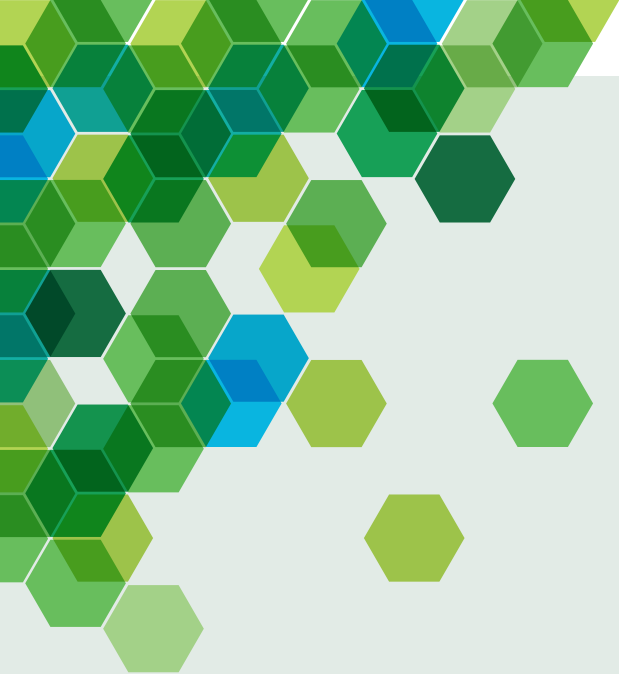
 Centro de Ideias
www.dmasillorenteycuenca.com

 Revista UNO
www.revista-uno.com

 LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-y-cuenca

 Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

 Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA